

# O MÉTODO INTUITIVO EM SERGIPE: DA PRESCRIÇÃO A UMA COMPREENSÃO A PARTIR DE CALKINS

Jefferson dos Santos Ferreira\*

Ivanete Batista dos Santos\*\*

## Resumo

Neste artigo o objetivo é apresentar o resultado de um aprofundamento em relação a apropriação do método intuitivo nos documentos sergipanos datados de 1889 a 1901. Marco cronológico é justificado, por ser o Regulamento de 1889 a primeira fonte identificada até o presente momento que versa sobre a instrução pública primária em Sergipe, e por ser o Decreto n.º 501 de 1901 a última anterior a reforma de 1911, que institui os Grupos Escolares no estado. Como referencial teórico foi utilizado Calkins, (1886) para um entendimento acerca do método intuitivo; Chartier (2003) para o conceito de apropriação e Valente (2016) para a definição de saberes matemáticos. Como resultados é possível afirmar que o método intuitivo passou a ser recomendado a partir de 1890 e que há aproximações em relação a marcha do ensino proposta em Sergipe com a apresentada por Calkins, e ainda que na Lei n.º. 5 de 1891 havia a recomendação explícita para a adoção de tal método. Por fim, foi possível identificar que a apropriação do método intuitivo, foi efetuada em um primeiro momento como uma matéria separada, ora intitulada *Lições de Coisas*, ora *Exercícios de Intuição*.

**Palavras-chave:** Método intuitivo. Legislação sergipana. Saberes matemáticos.

## Abstract

In this article the objective is to present the result of a deepening in relation the appropriate of intuitive method in the Sergipe an documents dated from 1889 to 1901. Chronological framework is justified so far as the 1889 Regulation is the first source identified up to the present moment On the primary public education in Sergipe, and for being Decree No. 501 of 1901, the last one before the 1911 reform, which established the School Groups in the state. As a theoretical reference, Calkins (1886) was used for an understanding of the intuitive method; Chartier (2003) for the concept of appropriation and Valente (2016) for the definition of mathematical knowledge. As results it is possible to affirm that the intuitive method began to be recommended from 1890 and that there are approximations regarding the gait of the teaching proposed in Sergipe with that presented by Calkins, and even that in Law no. 5 of 1891 there was the explicit recommendation for the adoption of

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe (NPGEICIMA/UFS) – <http://lattes.cnpq.br/3325869160976894>.

\*\* Professora do Departamento de Matemática (DMA/UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe (NPGEICIMA/UFS) – <http://lattes.cnpq.br/4530361963111962>.

such a method. Finally, it was possible to identify that the appropriation of the intuitive method was done at first as a separate subject, sometimes titled 'Things' Lessons, sometimes and 'Intuitions' Exercises.

**Keywords:** Intuitive Method. Sergipe an Legislation. Mathematics Knowledge.

## INTRODUÇÃO

No processo de formação inicial como historiador da educação matemática pude ter os primeiros contatos com fontes históricas, as quais utilizei na escrita do Trabalho de Conclusão Curso<sup>1</sup> (TCC) na graduação em Matemática Licenciatura na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nesse trabalho, uma das coisas que constatei foi que em Sergipe de 1901 a 1931 o método prescrito em documentos legais para o ensino de Aritmética era o método intuitivo, mas, na época não tinha maturidade para aprofundar uma discussão acerca de tal método. Essa constatação serviu de motivação para, ao ingressar no mestrado<sup>2</sup> optasse por pesquisar um pouco mais sobre o método intuitivo, utilizando como fontes revistas pedagógicas publicadas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX.

Mas como faz parte do papel do historiador voltar aos arquivos várias vezes em busca de novas fontes, bem como voltar as anteriormente utilizadas com outras perguntas, na tentativa de construir uma nova representação acerca do ensino intuitivo de saberes matemáticos<sup>3</sup> em Sergipe, retornei aos arquivos e fui instigado por um documento que encontrei, trata-se da Lei nº. 5 de 1891 que dava nova organização à instrução pública do estado.

No documento, havia a clara recomendação que em Sergipe deveria ser adotado o método de Calkins. Vale destacar que além do TCC anteriormente citado, outras pesquisas também constaram a indicação do método intuitivo para o ensino de saberes matemáticos no estado, são elas as de Santos (2014), Fonseca (2015), Cravo (2016) e Rocha (2016), mas apesar de fazerem uma aproximação com o método e com fontes sergipanas, em nenhuma delas há referência a lei supracitada, esse fato incitou minha curiosidade.

---

<sup>1</sup> O trabalho foi intitulado: *A Aritmética da escola primária em Sergipe: Uma investigação sobre conteúdos, métodos e recursos (1901-1931)*.

<sup>2</sup> No Programa de Pós-Graduação em ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe (NPGECIMA/UFS).

<sup>3</sup> Neste trabalho, são tomados por saberes matemáticos àqueles relacionados às rubricas de cálculo, aritmética, geometria, formas, desenho linear, cartografia, trabalhos manuais etc., apontadas por Valente (2015). Vale a ressalva que o termo *saberes matemáticos* é fruto de um refinamento das pesquisas que vem sendo realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT), a partir de discussões acerca dos saberes como *elementares* ou *rudimentares*, conforme Valente (2016).

Quando de fato o método intuitivo passa a figurar no cenário sergipano? Que apontamentos traziam os documentos oficiais a respeito de como ensinar os saberes matemáticos? Quais apropriações foram feitas do método intuitivo nesses documentos? Visando responder esses questionamentos, neste texto o objetivo é apresentar o resultado de um aprofundamento em relação a apropriação do método intuitivo nos documentos sergipanos datados de 1889 a 1901. O marco inicial se justifica por ser o regulamento daquele a primeira fonte encontrada, por ser este o último documento localizado que versava sobre a instrução primária no estado e que era anterior à reforma de 1911 que criou os Grupos Escolares.

### **O que dizem os documentos oficiais acerca do método intuitivo para saberes matemáticos?**

Os primeiros indícios da presença do método intuitivo em Sergipe podem ser verificados a partir do ano 1890, tal constatação pode ser comprovada quando comparamos os regulamentos da instrução pública desse ano com o ano anterior, pois no documento de 1889 está posto que continua em vigor o documento do ano de 1881, mas não há sequer um indicativo de quais conteúdos e como eles deveriam ser trabalhados.

O referido regulamento de 1889 dá ênfase aos aspectos administrativos da instrução pública de Sergipe, como por exemplo, a contratação de professores e os horários para os sexos masculino e feminino, bem como a carga horária para as “[...] aulas de ambos os sexos” (SERGIPE, 1889, p. 13). Mas, conforme anunciado anteriormente, a partir do ano de 1890 é possível garantir a presença do método intuitivo em Sergipe, uma vez que no Decreto nº. 30 e 15 de março de 1890, o qual dava novo regulamento à instrução pública do estado, havia uma clara indicação de que o ensino deveria se dar por tal método, pois considerando

[...] as inúmeras reformas porque tem passado tão importante ramo do serviço publico não tem produzido na pratica resultado algum [...] torna-se urgente methodizar e encaminhar regularmente o serviço em questão, pondo-o de accordo com os principios mais geralmente acceitos pelas nações cultas<sup>4</sup> (SERGIPE, 1890, p. 80).

---

<sup>4</sup> Neste artigo, foi feita a opção de por manter a grafia original das fontes.

Desse modo, destaca-se a necessidade de metodizar o ensino no estado, uma vez que, conforme explanado no texto, reformas anteriores não tinham sortido efeito em termos de resultados.

No Decreto nº. 30 de 1890, uma vez que havia a recomendação de que se deveria se metodizar o ensino em Sergipe, é possível constatar no artigo terceiro do regulamento a seguinte observação

Art. 3- o ensino publico em qualquer estabelecimento do Estado, será, quando possivel, intuitivo e pratico, marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstracto, do definido para o indefinido (SERGIPE, 1890, p. 82).

A prescrição do regulamento não somente determinava que nos estabelecimentos públicos escolares do estado sempre que possível o ensino se desse de forma intuitiva e prática, como também indicava como isso se daria, ou seja, como o ensino deveria marchar. É notório que quando tratamos de método intuitivo podemos ter algumas matrizes diferentes de autores que abordam tal conceito, como por exemplo, Pestalozzi, Calkins e Buisson.

Dessa forma, cabe levantar um questionamento acerca de que matriz do método intuitivo estamos falando ao tratar de tal temática em Sergipe, ou seja, a partir de qual ou quais autores os responsáveis pela instrução pública do estado se apropriaram dos princípios do método? Vale ressaltar que entendo apropriação no sentido de Chartier (2003) como usos e interpretações.

Os primeiros sinais, aqui entendidos no sentido Guinzburg (2002) como indícios que ajudam a revelar uma realidade opaca, que apontam na direção de uma matriz para a apropriação sergipana podem ser averiguadas nesse mesmo regulamento, uma vez que em seu artigo quinto estava posto que as matérias que constituíam o ensino primário em Sergipe eram:

- Lições de coisas;
- Língua nacional;
- Aritmética e sistema métrico;
- Geometria pratica;
- Ciências físicas e naturais;
- Geografia e história do Brasil;

- Desenho Linear;
- Canto;
- Preceitos gerais de higiene e exercícios físicos;
- Trabalhos domésticos, costura e corte de padrões (nas escolas do sexo feminino).

A presença de uma matéria denominada de Lições de coisas no rol das matérias do curso primário do estado, é um primeiro indício de que a apropriação presente nas fontes sergipanas remete ao manual *Primeiras Lições de coisas manual de ensino elementar para uso dos pais e professores* de N. A. Calkins que teve sua quadragésima edição traduzida para o português por Ruy Barbosa, conforme indicado na capa do manual. Apesar de trazer tal indício, não é possível a partir desse regulamento afirmar que de fato a apropriação feita remete a Calkins, pois no documento não é possível constatar como de fato deveria se dar tal ensino, principalmente no que refere às três matérias que de alguma forma abordam saberes matemáticos (aritmética e sistema métrico, geometria prática e desenho linear).

A confirmação oficial de que em Sergipe a apropriação do método intuitivo presente nos documentos remete à Calkins, pode ser verificada na Lei nº. 5 de 26 de setembro de 1891 que dava nova organização a instrução pública do estado. De acordo com essa lei, o ensino primário elementar deveria ser dividido em duas classes e nelas era “adoptado para o ensino o **methodo de Calkins**” (SERGIPE, 1891, p. 380, grifo nosso), a primeira, dividida em forma de lições e destinada a ambos os sexos, para crianças maiores de seis e menores de dez anos, e a segunda, por sua vez, dividida em outras cinco matérias<sup>5</sup> e destinada apenas aos alunos do sexo masculino que foram aprovados na classe anterior.

Ora, essa apropriação de que o método tomado para o ensino em Sergipe deveria ser o de Calkins revela que os princípios propostos pelo autor, não tardaram a chegar em Sergipe depois da tradução feita por Ruy Barbosa cinco anos antes.

Uma vez que em Sergipe a recomendação era que o método adotado fosse o de Calkins, vale recorrer ao autor para desvendar o que ele destaca acerca do método intuitivo, e ao abordar aquilo que intitula de princípios fundamentais das lições coisas, no

---

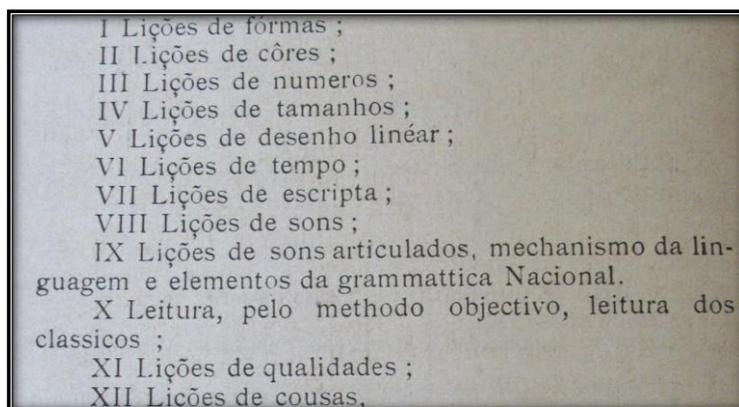
<sup>5</sup> Gramática nacional; Aritmética; Elementos de História e Geografia do Brasil; Análise de clássicos e Leitura da Constituição Federal e da do Estado.

nono princípio destaca que o “[...] processo natural de ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos factos, para as causas; das coisas, para os nomes; das idéas, para as palavras; dos principios, para as regras” (CALKINS, 1886, p. 3).

Diante do exposto, é cabível ressaltar que a proposta acerca do método que foi apresentado no regulamento de 1890 outrora citado, traz indícios de aproximações com um dos princípios defendidos por Calkins, no caso o da marcha do ensino, mas na proposta sergipana a consignação era que se partisse do simples ao composto, enquanto que em no referido autor, partindo do simples se chega ao complexo.

Mas, uma vez apresentado o método, vale voltar para as referidas lições propostas na Lei nº. 5 de 1891, e para uma melhor ilustração da divisão da primeira classe recomendada na lei, as lições que deveriam estar presentes nela serão apresentadas na Figura 1 que segue.

**Figura 1:** Lições para primeira classe



**Fonte:** Sergipe (1891)

Nessa figura observa-se que ao menos quatro das lições podem ser ditas pertencentes aos saberes matemáticos, são elas: *Lições de formas*; *Lições de numeros*; *Lições de tamanho* e *Lições de desenho linear*. Mas, conforme foi constatado anteriormente nessa mesma lei havia a recomendação de que o método adotado deveria ser o método de Calkins, assim, vale indagar acerca de como o referido autor aborda tais lições em seu manual.

Bem, começado pelas Lições de formas, Calkins afirma que é

[...] principalmente pelas *fórm*as, que a creancinha começa a distinguir os objectos. Essa propriedade, na sua mais simples concepção, é a que primeiro chama para as coisas que de roda lhe surgem a atenção dos mais pequeninos (CALKINS, 1886, p. 46).

Por ser, de acordo com o autor, a propriedade dos objetos que primeiro chama a atenção das crianças, ele recomenda que

[...] a *fó*rma é a qualidade mais adequada às primeiras lições, mediante as quaes se ha de afeiçoar o menino a observar com escrupulosa atenção e justeza as propriedades distinctivas das coisas. As idéas de *fó*rma são susceptíveis de representar-se por meio de descrições e definições chãs. São as mais capazes, por conseguinte, de adaptar-se aos primeiros rudimentos do ensino e á primeira disciplina dos hábitos de observação rigorosa (CALKINS, 1886, p. 47).

Ao trazer as Lições de formas como as primeiras lições apresentadas, a Lei nº. 5 de 1891 apresenta aproximações com a proposta de Calkins, que conforme destacado na citação anterior essas lições eram de grande importância para o desenvolvimento da observação.

Além disso, a respeito do ensino da forma, o autor afirma que dispôs em passos os “[...] exercícios das *formas*, ou *figuras*” (CALKINS, 1886, p. 56, grifos do autor), E ainda que em

[...] *caso nenhum se altere a ordem, na qual se acham graduados os passos de cada assumpto*; não se encetem exercicios do *segundo*, ou *terceiro passo*, enquanto os alumnos se não tiverem familiarizado com o *primeiro passo* do assumpto. Todavia, é permitido estudar o *primeiro passo* de qualquer deles, assim como, penetrar no *segundo passo* de mais de um assumpto, antes de começar o *primeiro* de outros (CALKINS, 1886, p. 56, grifos do autor).

Dessa maneira, evidencia-se a importância que Calkins atribui a sequência de exposição dos procedimentos para o ensino de cada conteúdo, os quais não deveriam ser feitos fora da ordem indicada. Esses procedimentos ou sequência de passos propostos pelo autor estão por ele organizados em seis séries de lições formas, conforme apresentado na Figura 2 a seguir.

**Figura 2:** Séries das Lições de Formas

<p style="text-align: center;"><i>Primeira série</i></p> <p>O primeiro e segundo passos « Semelhanças e diferenças de forma. » Páginas 61 - 3.</p> <p style="text-align: center;"><i>Segunda série</i></p> <p>O primeiro passo « Formas lineares. » Pags. 64 - 7.  O primeiro, « Cantos. » Pags. 83 - 8.  O primeiro, « Solidos — Forma esferica. » Pag. 135.</p> <p style="text-align: center;"><i>Tercera série</i></p> <p>O segundo passo, « Formas lineares. » Pags. 68 - 70.  O primeiro e segundo, « Posição das linhas. » Pags. 74 - 7.  O primeiro e o segundo, « Figuras planas. » Pags. 97 - 101.  O primeiro, « Cylindro. » Pags. 140 - 141.</p> <p style="text-align: center;"><i>Quarta série</i></p> <p>O terceiro passo, « Figura das linhas. » Pags. 70 - 73.  O terceiro, « Posição das linhas. » Pags. 77 - 82.  O segundo, « Angulos. » Pags. 88 - 94.  O terceiro, « Formas planas. » Pags. 101 - 2.  O primeiro, « Triangulos. » Pags. 103 - 4.  O primeiro, « Formas quadrilateras. » Pags. 108 - 112.  O primeiro, « Formas circulares. » Pags. 119 - 123.  O primeiro, « Superficies planas e curvas. » Pags. 130 - 132.  O segundo, « Figuras sólidas. » Pags. 135 - 8.  O segundo, « Cylindro e conô. » Pags. 141 - 3.  O primeiro e o segundo, « Cubo e formas cubicas. » Pags. 145 - 7.  O primeiro, « Prismas. » Pags. 148 - 50.</p>	<p style="text-align: center;"><i>Quinta série</i></p> <p>O terceiro passo, « Angulos. » Pags. 94 - 6.  O segundo, « Triangulos. » Pags. 104 - 5.  O segundo, « Formas quadrilateras. » Pags. 112 - 3.  O segundo, « Formas circulares. » Pags. 123 - 5.  O segundo, « Superficies e faces. » Pags. 132 - 3.  O terceiro, « Figuras sólidas. » Pag. 139.  O terceiro, « Cylindro e cone. » Pags. 143 - 4.  O segundo, « Prisma. » Pags. 150 - 53.  O primeiro, « Pyramides. » Pags. 154 - 5.</p> <p style="text-align: center;"><i>Sexta série</i></p> <p>O primeiro e o segundo, « Figuras multilateras, » Pags. 115 - 18.  O terceiro, « Figuras circulares. » Pags. 126 - 8.  O terceiro, « Superficies e faces. » Pags. 133 - 4.  O segundo, « Pyramides. » Pags. 155 - 7.  O terceiro, « Formas quadrilateras. » Pags. 113 - 14.  O terceiro, « Triangulos. » Pags. 105 - 7.  O quarto, « Raio; quadrante; sector. » Pags. 128 - 9,  45</p>
---	--

**Fonte:** Calkins (1886)

Nas lições apresentadas na figura anterior, é razoável notar a presença dos saberes matemáticos relacionados com à geometria, os quais vão desde semelhanças e diferenças associadas à forma, na primeira série, até a chegar nos conteúdos referentes a raio; quadrante e setor na sexta série.

No que tange aos saberes matemáticos, na lei supracitada também destaca-se as Lições de números, as quais em Calkins estão associadas ao contar, operação que deveria se dar por meio objetos, desse modo o autor destacava que estando a criança habilitada “[...] a discernir as coisas pela fôrma pela *côr*, entra a advertir em dois ou mais objectos, e assim recebe a primeira noção de *mais de um*. E’ o ponto de partida no aprender a *numeração*” (CALKINS, 1886, p. 237, grifos do autor) e ainda a respeito do ensino dos números o autor recomendava que antes “[...] de encetar as primeiras lições acerca do

*numero*, collija o mestre, além do contador, vários objectos, que possam contar: lapis, moedas, botões, favas seixos, nozes, balas, livros, maçãs, etc.” (CALKINS, 1886, p. 240, grifo do autor).

Para uma compreensão acerca do contar de acordo com Calkins vale observar o Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1:** Passos do contar em Calkins

CONTAR		
1º PASSO	2º PASSO	3º PASSO
1º Grupo de números: 1 a 9	2º Grupo de números: 10 a 19	3º Grupo de números: 20 a 29, seguido de processo similar até 99
Valor dos números		Ordem dos números

Fonte: Calkins (1886)

Os passos propostos por Calkins para ensinar a contar, se iniciam com a criança aprendendo os números de um a nove, para em seguida aprenderem o valor dos números, processo que deveria se dar pela comparação entre duas unidades distintas para responder qual das duas era a maior. No segundo passo, a criança aprenderia a contar de dez a dezenove, e por fim no terceiro passo, de dez em dez, até chegar a noventa e nove, uma vez estudado esses números deveria, dados dois números distintos, dizer aquele vem antes ou depois.

Além dos saberes abordados até o presente momento cabe trazer à tona discussões sobre as Lições de tamanho, as quais estão associadas ao medir e as Lições de desenho linear. Para o primeiro caso, Calkins aborda relacionado à medida de objetos, para o segundo por sua vez, no manual encontra-se um tópico chamado “Desenho”, mas não há uma especificação acerca do desenho linear.

Bem, além dos aspectos discutidos até o momento, é possível, pela sequência das lições apresentadas anteriormente na Figura 1, reafirmar que houve também uma apropriação por parte dos legisladores sergipanos, em relação à disposição das lições quando comparadas com a forma como foram propostas no manual *Primeiras lições de coisas*, uma vez que, além da referência explícita ao método de Calkins, observa-se

similaridades entre as duas propostas conforme pode ser exemplificado no Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2:** Comparação das sequências propostas na Lei nº. 5 de 1891 e no manual de Calkins

Sequência proposta na lei	Sequência proposta no manual
I. Lições de formas	I. Da forma
II. Lições de cores	II. Da cor
III. Lições de números	III. Do número
IV. Lições de tamanhos	IV. Do tamanho
V. Lições de desenho linear	V. Desenho
VI. Lições de tempo	VI. Do tempo
VII. Lições de escrita	VII. Do som
VIII. Lições de sons	VIII. Leitura elementar
IX. Lições de sons articulados, mecanismos da linguagem e elementos da gramática nacional	IX. Qualidade das coisas
X. Leitura, pelo método objetivo, leitura dos clássicos	X. Lições de coisas
XI. Lições de qualidades	XI. Do corpo humano
XII. Lições de coisas	XII. Educação moral

**Fonte:** Quadro elaborado a partir da Lei nº. 5 de 1891 e do manual de Calkins

A partir do quadro pode-se inferir que até o sexto item que versa sobre o estudo do tempo, a Lei nº. 5 de 1891 segue a mesma sequência de lições propostas no manual de Calkins, e além dessas, as lições sons, de qualidade das coisas, de leitura e de lições de coisas podem ser verificadas em ambas as propostas de ensino. Eles divergem quando na lei são propostas lições “[...] de sons articulados, mecanismos da linguagem e elementos da gramática nacional” (SERGIPE, 1891, p. 380) e no manual, por sua vez, encontra-se o destaque para a educação moral.

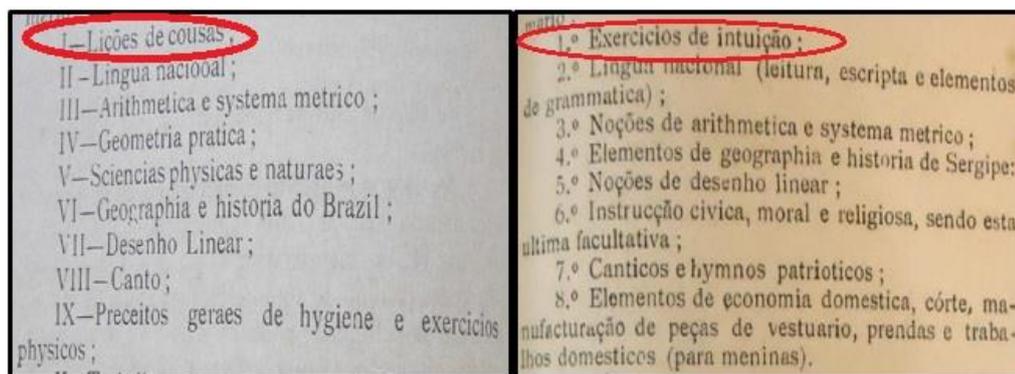
Outros indícios da presença do método intuitivo em Sergipe podem ser notados no Decreto n.º 45 de 19 de janeiro de 1893 que regulamenta a instrução primária no estado, nele, assim como no Decreto n.º 30 de 1890 e na Lei n.º 5 de 1891 a indicação era que tal método fosse o adotado, conforme está posto em seu artigo terceiro:

Art. 3.º O ensino publico em qualquer estabelecimento do Estado, será quanto possivel intuitivo e pratico, marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstracto, do definido para o indefinido (SERGIPE, 1893, p. 493).

É possível afirmar em relação ao método intuitivo proposto no artigo terceiro do Decreto n.º 45 de 1893 que em sua escrita segue exatamente a mesma recomendação dada

pelo artigo terceiro do Decreto nº. 30 de 1890, no entanto, os dois decretos se distanciam na forma como elencam as matérias constitutivas do ensino primário, uma vez que no documento de 1893, elas não aparecem em forma de lições como no documento anterior, conforme destacado na Figura 3 a seguir.

**Figura 3:** comparação entre as matérias propostas nos decretos de 1890 e 1893



Fonte: Sergipe (1890, 1893)

Na figura, é possível observar que no documento de 1890 havia a presença de dez matérias enquanto que no de 1893 tinham apenas oito, outra diferença que pode ser percebida é que no primeiro havia a recomendação da matéria *Lições de Cousas*, a qual é substituída no segundo por *Exercícios de Intuição*. Vale destacar que Rocha (2016) já havia constatado a presença dessas duas matérias, porém não havia discutido sobre a mudança de nomenclatura, simplesmente associando ao método intuitivo.

Desse modo, cabe questionar a mudança de *Lições de Coisas* para *Exercícios de Intuição*, apesar de nos documentos analisados não ser possível, em uma primeira análise, encontrar uma resposta satisfaria.

Mas, é preciso destacar que a presença dessas duas matérias mostra uma apropriação em que o método intuitivo aparece dentro de uma matéria separada das demais, seja como *Lições de Coisas* seja como *Exercícios de Intuição*. Essa apropriação, ao que tudo indica, se distancia daquilo que era proposto por Calkins, uma vez que de acordo com sua proposta o método intuitivo deveria aparecer disposto em todas as matérias sob a forma de lições.

Já a respeito dos saberes matemáticos, no primeiro documento constava a matéria *Arithmetica e Systema métrico*, que passa a ser denominada no segundo de *Noções de Arithmetica e Systema métrico*, a matéria *Geometria pratica* presente no documento de

1890 deixa de constar no de 1893 e *Desenho Linear* passa a se chamar *Noções de desenho linear*.

Vale ressaltar que assim como na leitura do documento de 1890, no de 1893 não é possível compreender como se daria o ensino intuitivo em termos dos saberes matemáticos.

Fechando o rol dos documentos analisados dentro do marco proposto, vale trazer o regulamento de 1901, dado pelo Decreto nº. 501 de 5 de agosto de 1901, nele, no parágrafo único do artigo sétimo, a recomendação era que o

[...] methodo de ensino será o intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, cabendo aos professores, applical-o nas diversas disciplinas, afastando-se delle, porém, nos casos especiaes, sem comtudo perder de vista que deve machar sempre do simples ao composto, do particular ao geral, do concreto ao abstracto, do definido ao indefinido (SERGIPE, 1901, p. 79).

Em termos de recomendação, o método também aparece prescrito de maneira parecida com os outros dois regulamentos aqui analisados e que indicam a presença do método intuitivo em Sergipe, no entanto, em 1901 a indicação era esse método deveria ser aplicado à todas as disciplinas, podendo o professor se afastar dele em casos especiais, sem contudo, perder de vista a maneira como o ensino deveria marchar.

Chama a atenção o fato de que além da recomendação de que o método intuitivo deveria perpassar todas as disciplinas, houve uma mudança de nomenclatura em relação aos saberes, os quais, nos documentos anteriores eram tratados como matérias e passam a serem denominadas como disciplinas.

A respeito das disciplinas, no documento são pospostas como disciplinas no curso primário

- Leitura, escrita e caligrafia;
- Instrução cívica, moral e religiosa, sendo esta última facultativa;
- Lições cousas;
- Gramatica Português;
- Aritmética;
- Desenho Linear;
- Noções de geografia geral e cosmografia;

- Nas escolas de sexo masculino, leitura de catecismo de agricultura;
- Nas escolas de sexo feminino, trabalhos de agulha apropriados as idades da aluna e explicação de economia doméstica.

Nessa relação de disciplinas, mais uma vez, apesar da recomendação de que o método intuitivo deveria embasar todas as disciplinas do ensino primário, aparece uma em separado intitulada *Lições Cousas*.

Assim, na apropriação sergipana o método intuitivo aparece como uma matéria ou disciplina a parte, apesar de no caso do último documento aqui analisado haver a recomendação de que o ensino deveria ser intuitivo.

## CONSIDERAÇÕES

A partir de algumas inquietações relativas ao método intuitivo prescrito em documentos legais de Sergipe, suscitadas em minha pesquisa de TCC e nas pesquisas de outros colegas que também se debruçaram sobre a história da educação em matemática no estado, defini como objetivo apresentar o resultado de um aprofundamento em relação a apropriação do método intuitivo nos documentos sergipanos datados de 1889 a 1901.

Com intuito de atingir tal objetivo, analisei documentos do estado de Sergipe que no período de 1889 a 1901. Bem, a análise desses documentos revelou, ao que tudo indica, que o método intuitivo passou a ser prescrito no estado a partir do ano de 1890, mas no documento não havia um detalhamento a respeito de que método intuitivo seria esse, fato que começa a ser esclarecido quando na ida ao arquivo localizei uma lei datada de 1891 que recomendava que em Sergipe o método adotado deveria ser o de Calkins.

Uma comparação entre as propostas apresentadas nos documentos, no que tange a organização das disciplinas, e o manual de Calkins permitiu afirmar que na apropriação sergipana havia distanciamentos do que era proposto pelo autor, uma vez que tratam o método como uma disciplina em separado, ora intitulada *Lições de Coisas*, ora *Exercícios de Intuição*.

No que diz respeito aos saberes matemáticos, nos decretos não haviam um detalhamento de como deveria acontecer o referido ensino, mas a forma como eles apareceram dispostos na Lei nº. 5 de 1891, possibilitou uma aproximação com o manual de Calkins, pois, as matérias foram propostas na forma de lições.

## REFERÊNCIAS

- CALKINS, N.A. **Primeiras lições de coisas**. Trad. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>> Acesso em: 22 abr. 2016.
- CHARTIER, R. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. – (Coleção Histórias de Leitura).
- CRAVO, J. S. **Materiais de ensino e os saberes elementares matemáticos, Sergipe (1911-1931)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016.
- FERREIRA, J.S. **A Aritmética da escola primária em Sergipe: uma investigação sobre conteúdos, métodos e recursos (1901-1931)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- FONSECA, S. S. da. **Aproximações e distanciamentos sobre os saberes elementares geométricos no ensino primário entre Sergipe e São Paulo (1911-1930)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ROCHA, Wilma Fernandes. **Saberes elementares aritméticos no ensino primário em Sergipe (1890 a 1944)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016.
- SANTOS, R. O. S. **Uma investigação sobre o ensino de geometria e desenho nos grupos escolares (Sergipe, 1911 - 1935)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação – Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- VALENTE, W. R. História da educação matemática nos anos iniciais: a passagem do simples/complexo para o fácil/difícil. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, MG, vol. 14, n. 1, p. 357-367, Jan.-Abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. A matemática nos primeiros anos escolares: elementos ou rudimentos? **História da Educação**. Porto Alegre, RS, v. 20, p. 33-47, Mai.-Ago., 2016.

## Publicações oficiais

Sergipe. **Regulamento da instrução publica de 12 de Dezembro**. Aracaju, 1889.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 30 de 15 de Março de 1890.** Aracaju: Imprensa oficial, 1890. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103579>> Acesso em 13 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 5 de 26 de Setembro de 1891.** Aracaju: Imprensa oficial, 1891.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 45 de 19 de janeiro de 1893.** Aracaju: Imprensa oficial, 1893.

\_\_\_\_\_. Coleção de Leis e Decretos de 1901. Decreto n ° 501 de 5 de agosto de 1901. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1901. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103586>> Acesso em 13 nov. 2016.